

O INDEPENDENTE

jornal do CMI Floripa | número cinco | novembro 2005

R\$1



dobras. vitor cesar, 2002

REFORMA URBANA

Enquanto as pessoas de movimentos sociais populares lutam por Reforma Urbana – que pode ser entendida como *democratização social*, a prefeitura de São Paulo vem promovendo uma série de intervenções em nome de uma suposta "revitalização" da região central da cidade. Financiadas com recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, essas ações vêm expulsando moradores/ moradoras e trabalhadores/ trabalhadoras do centro. A reportagem "A quem interessam as intervenções urbanas", páginas 4 e 5, denuncia que o que está em jogo no projeto da prefeitura é uma recuperação da terra por parte dos ricos.



crise em Brasília: existe vida além do governo :: pg 2

em SC, guaranis exigem demarcação de terra :: pg 2

a história de luta da Vila Santa Rosa :: pg 3

limpeza social no centro de são paulo :: pg 4 e 5

referendo das armas não toca a fundo o problema da violência :: pg 6

em Florianópolis, poder judiciário e executivo atacam o passe livre :: pg 7

Movimento Passe Livre se manifesta por todo o Brasil :: pg 7

milhares protestam na Argentina contra a política excludente dos governos americanos :: pg 8

no Haiti tropas lideradas pelo Brasil massacram população :: pg 8

O INDEPENDENTE

jornal do CMI Floripa | número cinco | novembro 2005

R\$1



foto: arquivo Espaço Novo Horizonte

VILA SANTA ROSA: DEZ ANOS DE RESISTÊNCIA

Há uma década a comunidade resiste à tentativa de bancos e empresas varrerem a Vila do mapa. Na foto, moradores/as impedem que casas sejam derrubadas em julho de 2003



crise em Brasília: existe vida além do governo :: pg 2

em SC, guaranis exigem demarcação de terra :: pg 2

a história de luta da Vila Santa Rosa :: pg 3

limpeza social no centro de são paulo :: pg 4 e 5

referendo das armas não toca a fundo o problema da violência :: pg 6

em Florianópolis, poder judiciário e executivo atacam o passe livre :: pg 7

Movimento Passe Livre se manifesta por todo o Brasil :: pg 7

milhares protestam na Argentina contra a política excludente dos governos americanos :: pg 8

no Haiti tropas lideradas pelo Brasil massacram população :: pg 8

"Qual era a tese defendida por eles [sem-terra]? A tese era absurda. A tese era assim: não havia espaço pra esquerda chegar ao poder via eleitoral. Que portanto não tinha que ficar preocupado em disputar eleição. Tinha é que se pensar em organizar a sociedade. Dali a vinte ou trinta anos a gente ia ter 30% da sociedade já socialista. (...) Mas eu não vou viver mais trinta anos e eu quero chegar ao poder logo".

Lula, então candidato à presidência do Brasil, em cena do documentário Entreatos, de João Moreira Salles

Existe vida além do governo

"Todo Estado e todo presidente ataca a humanidade, nossa tarefa é construí-la. A construção de um mundo melhor não depende deles, dos políticos, mas da gente. Dentro de alguns anos, talvez nos voltemos contra eles e os acusemos de traição. Mas estaremos enganados: a traição não será deles, mas de nós mesmos, de nossa própria renúncia à responsabilidade de mudar o mundo. A tarefa não é deles, é da gente."

O parágrafo acima, escrito por John Holloway – autor de *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder* – foi publicado na terceira edição de O Independente, em fevereiro deste ano. O artigo intitulado "Chavez, Lula, Kirchner" analisava o papel destes três presidentes eleitos na expectativa de modificar alguma coisa na sociedade. Não se tratava de mera coincidência ou acaso, muito menos uma espécie de previsão em relação ao momento político que enfrentamos, ou deveríamos enfrentar.

Desde o início de junho, o governo federal e o congresso brasileiro estão imersos em uma crise iniciada por um depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB), que resultou na criação de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) – dos Correios, do Mensalão/Compra de Votos e dos Bingos. Jefferson insinuou que o PT mantém um sistema de pagamento de mesadas no valor de R\$ 30 mil para parlamentares dos partidos que compõe a base aliada votar favoravelmente os

projetos vindos do governo. Jefferson, que teve seu mandato cassado, apresentou a denúncia para desviar as atenções da suspeita de que ele estaria orientando um esquema de propina nos Correios.

Os partidos da oposição, especialmente PFL e PSDB, tradicionais detentores do poder no país, iniciaram uma campanha política que vez ou outra, mencionava a palavra *impeachment* – comparando o caso de corrupção com o esquema PC Farias do governo Collor. Aliados à grande imprensa, os partidos de oposição criaram um clima de que seriam exclusivos do PT os escândalos de corrupção, iniciando um processo de derrubada de nomes de peso do PT de seus cargos, tanto no governo quanto no partido.

Vale lembrar que durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) houve uma grave suspeita de que o governo pagava quantias aos parlamentares para que fosse aprovada uma emenda que possibilitaria a reeleição de FHC. Este e tantos outros exemplos abafados apenas deixam claro como funciona o parlamento. Justamente por isso, é difícil acreditar que a movimentação milionária não contabilizada tenha sido um projeto particular de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e do empresário Marcos Valério, acusado de ser o operador do esquema. Prova disso são os mais recentes fatos desta novela, em que o presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo, também utilizou o mesmo esquema de

Marcos Valério numa eleição para o governo do Estado de Minas Gerais, em 1998.

É preciso ser dito: o Partido dos Trabalhadores cresceu eleitoralmente costurando um colchão de alianças com o que há de mais podre na sociedade, sob o risco de jamais chegar ao poder, o que diz muito sobre esta crença de que a mudança chegará quando se alcançar o trono mais alto. O que mudou e a que custo? A economia nas mãos dos banqueiros ligados ao mercado especulador internacional e a estrutura desigual da sociedade mais fortalecida. Neste sentido, o PT "é porta-voz dos setores dominantes da sociedade", como nos contou um ex-dirigente do PT na mesma edição de fevereiro.

Trata-se de uma consequência inevitável da escolha política adotada pelo PT, de apostar suas fichas no parlamento e na sua própria dinâmica – a troca de favores entre partidos que apenas representam seus interesses de poder e financiadores de campanhas. Diante deste quadro, cabe aos movimentos sociais e a todas organizações populares trabalhar com uma agenda própria e caminhar de forma autônoma, já que a cada dia que se passa fica mais claro que aquelas Casas não representam os interesses diretos da população.

cmi floripa floripa@midia independente.org

Outra Campanha nas Aldeias Guarani

da Terra Indígena Guarani Morro dos Cavalos

wera popygua

Todos os dias ao raiar do Sol recomeça a Campanha nas aldeias Guarani do Brasil. Indígenas que reivindicam do governo, com apoio da população civil, nada mais que Dignidade, Justiça e Paz. Mas para isso se tornar realidade, é necessário o fator mais importante para quem quer permanecer indígena, quer viver em comunidade e criar seus filhos com saúde: a terra.

Desde 9 de agosto de 2005, os indígenas Guarani da Aldeia Morro dos Cavalos, município de Palhoça, Santa Catarina, começaram a chamar a atenção dos brasileiros e do mundo com a Campanha para Demarcação de sua área. Localizada numa região habitada por essa nação indígena desde tempos imemoriais, a Terra Indígena Morro dos Cavalos já passou todas as fases previstas na Constituição Nacional (Art. 231 e Decreto 1775 de 1996) para demarcar uma área indígena tradicional, porém enfrenta agora a mais difícil

caminhada, conseguir justiça.

Esperando a assinatura do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos há quase dois anos (desde 6 de novembro de 2003), sendo este o último prazo para o Ministério dar um parecer sobre o processo de demarcação iniciado em outubro de 2001, e dizendo um "Já Basta!" às forças políticas que emperram a finalização do processo, é que a Comunidade Guarani de Santa Catarina se uniu para buscar apoio de ouvidos atentos a sua causa.

Em visitas a Escolas, Universidades, reuniões de Movimentos Sociais, pela Internet e mesmo o boca a boca com quem passa na Aldeia que fica às margens da BR 101, a Campanha tem tido atividade todos os dias, de homens e mulheres, crianças e adultos, incansáveis em busca de subsistência e garantia de um futuro roubado há 500 anos.

Atualmente vivendo em uma estreita faixa de terra com menos de 10 hectares, 150 pessoas com

suas casas grudadas no morro, correndo riscos à saúde e a perda da cultura, devido à influência demasiada do sistema não-indígena, como também pela falta de área apropriada para plantio e auto-subsistência, a venda de artesanato e doações de amigos é o que livra da fome.

Não muito diferente das outras áreas Guarani de Santa Catarina e do Brasil, que esperam o processo de demarcação, o consenso entre os sábios Guarani (os mais velhos) é que, infelizmente, terão que fazer seu grito ecoar pelo mundo. Pois estes, que nunca pensaram que um dia faltaria a mata e água limpa para viver bem e, por isso, alguns até eram contra demarcação de terras, achando absurdo ter que colocar cerca naquilo que não é nem dos indígenas, nem dos não-indígenas, mas de todos os seres que vivem na terra, hoje estão tendo que se organizar para não continuarem sofrendo escondidos dos olhos da população.

O primeiro passo é denunciar através de sua Outra Campanha o verdadeiro acampamento montado pelos chamados anti-indígenas: capitalistas do agro-negócio, especuladores, seus deputados e senadores muito bem pagos e informados, além de guarda-costas e capangas armados em defesa daquilo que está sendo tomado por extermínio das nações indígenas de todo continente americano.

Assim, com as cartas e e-mails, cartões postais e telefonemas à Brasília, a Outra Campanha continuará até que o Ministério da Justiça dê seu parecer. E para isso, a cada dia que se inicia, os Guarani lutarão e procurarão cada vez mais apoio para recuperar o mínimo necessário, segundo a Constituição brasileira, para a sobrevivência de sua cultura, sua vida e seu futuro.

você pode apoiar as aldeias guarani através de www.terraguarani.org.br, enviando e-mail para gabinetemj@mj.gov.br, ou pelo telefone 0xx61 3429 3101 | fax 0xx61 3322 6817



ilustração: frank

FHC não quer que Lula saia. E a esquerda?

Em entrevista concedida ao jornal argentino *Clarín*, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que não deseja a renúncia ou o *impeachment* do presidente Lula. Para FHC, é preocupante que o PT deixe de atuar ao lado do PSDB como pólo político no país, pois isto abriria um vácuo para a atuação de outras forças.

Com esta declaração fica evidente o papel dos dois partidos, que travam uma batalha fictícia pela hegemonia no cenário político institucional, a fim de que os outros partidos e organizações políticas permaneçam como satélites, sem protagonismo algum. Na prática, os projetos do PSDB e do PT caíram na mesma determinação da retirada de direitos, diminuição drástica de recursos para setores públicos essenciais (educação, moradia, entre outros), acumulação de capital para os organismos internacionais financeiros e programas sociais assistencialistas que não mudam a situação de exploração sobre a população.

Perante este vácuo que atemoriza o ex-presidente, a esquerda tem se manifestado de forma muito tímida. Duas posições surgiram nas manifestações contra a corrupção, nos dias 16 e 17 de agosto em Brasília e nos atos de 7 de setembro. As duas sustentadas na crítica ao governo. De um lado os atos organizados pela Coordenação dos Movimentos Sociais levantaram a bandeira de que é "pior sem ele [Lula]", enquanto do outro, puxados majoritariamente pelo PSol e pelo PSTU, a palavra de ordem é que "é igual sem ele". No entanto, não há esforço em pensar uma guinada radical para além da disputa eleitoral, tática utilizada pelo PT. Não há crítica sobre a conquista do poder estatal como fator de mudança social. Política que na prática mostrou seu fracasso. O MST por sua vez demonstrou em parte uma clareza na avaliação de que nada adiantará se a mudança vier calcada nas eleições de 2006 – embora tenha sido registrado um ato pró-Dirceu e governo nas bases do movimento. **Além disso, é possível ver coisas acontecendo. Ocupações do movimento sem teto, jornadas de luta contra o aumento de tarifas dos ônibus e do Movimento Passe Livre, as greves do funcionalismo e de estudantes nas universidades, e a "outra campanha não eleitoral em 2006", visando a construção do poder popular autônomo (puxada inicialmente pela Frente de Luta Popular e que irá se reunir nos dias 26 e 27 de novembro em São Paulo) são a prova disso.**

Diante de toda esta situação é urgente pensar se este é o sistema que nos representa e se casar 18 nomes, retirar um ou outro governante ou aprovar uma reforma política mínima, é o suficiente. No mesmo texto já citado, Holloway diz que o capitalista, o patrão, rouba daquilo que os/as trabalhadores/as fazem, retirando este produto das mãos de quem o fez e do próprio processo coletivo em que foi feito. Da mesma forma, diz ele, "o Estado é parte deste processo: separa os políticos do resto da sociedade. Nos tira a responsabilidade da nossa própria sociedade, nos tira a unidade com outras pessoas, nos tira nossa unidade como pessoas".

leia entrevista e artigo: <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/03/309134.shtml>

O Centro de Mídia Independente – CMI – é uma rede internacional de produtoras e produtores de informação livre e independente de interesses empresariais ou governamentais. O CMI busca oferecer ao público informação crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. A política editorial do CMI Brasil não permite conteúdo que seja de cunho racista, sexista ou em qualquer sentido discriminatório, da mesma forma que não veicula ofensas pessoais, qualquer tipo de propaganda comercial, promoção de candidato, candidata ou partido político, ou artigos que estejam em oposição aos princípios e valores da rede.

para mais informações escreva para floripa@midia independente.org

copyleft: é livre a reprodução do conteúdo deste jornal, desde que não seja para fins comerciais e que o autor e a fonte (jornal o independente) sejam citados e esta nota incluída

expediente neste número

textos :: d. | graziela kunsch | leo vinicius | maurício campos | vitor cesar | wera popygua

fotos :: boca | douglas | graziela kunsch | isadora lins | jorge minella

ilustrações :: bá | frank

preparação de fotos, projeto gráfico e diagramação :: editora pressa

revisão de textos :: d. e g.

reunião de links :: y.



fotos: graziele kunsch

Seu Feliciano e Dona Maria estão entre os primeiros moradores da Vila Santa Rosa, vivem ali há 24 anos. "Deixa eu morrer antes", disse Dona Maria quando perguntada sobre a remoção das casas.

vídeo ordem de despejo:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/337208.shtml>

mapa político da vila santa rosa:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/337732.shtml>

textos, fotos, áudios e vídeos em:

<http://brasil.indymedia.org/pt/red/2005/11/338650.shtml>

"Ficarei muito triste se um dia eu passar por aqui e não ver a comunidade onde fiz amigos e parei para conversar e tomar chimarrão. Ficarei muito triste se passar por aqui e enxergar apenas um condomínio de ricos ou algo feito por este banco". A citação é de Modesto Azevedo, presidente da União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco), e resume bem o sentimento sobre a luta da comunidade da Vila Santa Rosa. Uma resistência de dez anos.

O drama da Vila Santa Rosa data de 1984, quando o governo federal deu para a empresa Emedaux a concessão temporária de uso de um terreno na Avenida Beira-Mar. A área de 4,8 mil metros quadrados, situada ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil, foi vendida para o Banco Meridional em 1987 - de forma duvidosa já que era um terreno "emprestado" pelo governo. O Meridional, por sua vez, foi adquirido pelo Banco Santander que vendeu o terreno em 2001 por apenas R\$ 160 mil, com prestações mensais de mil reais, para uma construtora chamada Tarumã. A construtora até agora não provou sua existência e o terreno foi recentemente avaliado num valor em torno de R\$ 5 milhões. O fato levanta grave suspeita de que se trata de uma empresa fantasma agindo em nome do Santander.

Do outro lado da história, há 24 anos algumas famílias foram ocupando o terreno. A maior parte comprou legalmente o terreno, possuem certidão de posse e construíram suas casas com financiamentos oficiais da Caixa Econômica Federal. As que ocuparam, tem nas costas a legitimidade do direito básico à moradia em um país onde 7,2 milhões de famílias não possuem um teto. Os anos foram passando, os governos cobrando IPTU, contas de água, de luz, ruas foram construídas e reconhecidas pelo poder público. Mas o trabalho de construção diária, desde coleta de lixo à manutenção do esgoto, sempre foi tarefa exclusiva da comunidade que começou sua vida onde ainda era apenas mangue: Dona Hilda, a primeira moradora, lembra que "os caranguejos andavam por dentro de casa".

A vila foi se expandindo para uma área mais ou menos quatro vezes maior do que os 4,8 mil metros quadrados. Hoje em dia moram ao todo 165 famílias na que ficou conhecida como Vila Santa Rosa.

A ação para o despejo das famílias foi iniciada há dez anos, ainda em nome do Banco Meridional. Desde então, as 22 famílias que vivem na área de 4,8 mil metros quadrados resistem à ameaças de todos os tipos. A partir de 2003 a comunidade passou a sofrer sérios riscos de perder tudo o que construiu. No dia 28 de julho daquele ano, uma ordem de despejo levou 20 policiais militares ao local para auxiliar o oficial de justiça. Contavam com uma escavadeira que chegou a derrubar uma cerca. Moradores e moradoras formaram uma barreira humana, impedindo que as casas fossem destruídas. Pedras foram jogadas na escavadeira e policiais foram enfrentados. As casas não foram derrubadas, mas a liminar do juiz Nelson Peixoto sim.

O processo continuou com recursos e apelações em todas as instâncias do judiciário. A Tarumã, por fim, ganhou o processo e exigiu a reintegração de posse mais uma vez em julho de 2004. Mas com a resistência da comunidade, o juiz prorrogou o prazo e, com os projetos que mudaram o zoneamento aprovados na Câmara (tornando em área de baixa residência), aparentemente a vitória estava com as moradoras e os moradores. Os dois projetos reduziram o preço do terreno e criaram a possibilidade da desapropriação pela Prefeitura, o que até hoje não foi feito.

No meio de 2005 a novela voltou a se repetir após nova ordem de reintegração de posse, desta vez do juiz da 1ª Vara Cível, Clovis Marcelino dos Santos. Sobre as famílias, o juiz afirmou que "infelizmente este juízo nada pode fazer senão orientá-los no sentido do cumprimento da ordem judicial". A comunidade se organiza, re-

siste novamente e consegue uma **declaração do prefeito Dário Berger (PSDB), que garantiu que ninguém seria despejado ou despejada.**

No segundo semestre de 2005 a história da Vila entra em uma nova etapa. O vereador Jair Miotto (PTB) entra em contato com alguns moradores e rapidamente aumenta a conexão para o secretário de Habitação e Saneamento, Atila Rocha, e a tal empresa Tarumã. Como entraram em contato não se sabe. A prefeitura não estranha a existência de uma empresa que diz ter como sede "uma rua sem número na cidade de São José", como afirmou Helio César, suposto advogado.

A esta altura a comunidade foi encurralada. Se cortasse o diálogo, o juiz Clovis dos Santos exigiria o cumprimento da ordem de reintegração. Sentaram para negociar. No começo das conversas a comunidade havia apresentado o valor de R\$ 150 mil como indenização, caso saíssem de suas casas. Depois, baixaram para R\$ 100 mil. Numa outra reunião entre Helio César e a comunidade, a advogada de defesa sugeriu que baixassem mais ainda, o que fez o valor de R\$ 75 mil reais passar a ser a base. Os empresários chegaram a R\$ 50 mil. Por fim, no dia 16 de novembro a comunidade foi obrigada a fechar um acordo para que não fossem despejados violentamente de suas casas. Cada família receberá R\$ 72,5 mil. O cronograma para o recebimento do dinheiro e a saída das casas, no entanto, ainda não foi acertado.

Trata-se de uma discussão muito delicada e tensa. Primeiro é preciso considerar que as casas construídas na Vila não são apenas paredes, cimento, argamassa. Por ali circulam gerações inteiras de famílias que construíram tudo sozinhas, praticamente sem apoio do poder público. São os lares das Ivonetes, Jocieles, Joaquins, Felipes, das donas Marias que trabalham, deixam seus filhos e suas filhas em creches e escolas. **Sair daquele bairro da Agrônômica significa perder empregos e vagas. Isto porque morar longe em Florianópolis é um requisito fundamental para patrões negarem emprego (os ônibus encarecem demais à medida que a distância cresce). Da mesma forma, pagar mais caro pelo ônibus das crianças se torna insuportável.**

As 22 famílias que sairão de suas casas, entretanto, são apenas uma parte da Vila. Aproximadamente 140 ainda permanecerão em suas moradias. O problema é que a retirada das primeiras famílias pode ser um grave precedente. Um condomínio que provavelmente será construído (legislativo e executivo se comprometeram a modificar o zoneamento ao patamar anterior) tende a mover novas ações para despejar as famílias restantes, para valorizar ainda mais o terreno. A comunidade pretende manter sua organização através da Associação dos Moradores, filiada à União Florianopolitana das Entidades Comunitárias.

É o que garante Ivonete, que mora na Vila Santa Rosa antes mesmo do nascimento da filha Jociele, hoje com dez anos. Trabalha com faxina em casas próximas ao lar que construiu há quase duas décadas. "Minha casa não tem preço, eu vou resistir", garante, "não quero sair daqui". A própria Jociele aderiu ao movimento. Faz faixas e cartazes exigindo que as famílias não sejam despejadas. Ela falta à aula toda vez que a comunidade se manifesta. O cobrador de ônibus Joaquim do Nascimento, ativo na luta da comunidade, não irá mais morar na vila. Chorou rios de lágrimas após a decisão do dia 16, mas seu sonho comunitário não acabou: está sugerindo que as 22 famílias comprem um único terreno para que permaneçam juntas. Se depender delas, a Vila Santa Rosa continuará existindo e resistindo.

Vila Santa Rosa: dez anos de resistência

A história é sempre a mesma: a política de "higiene social" e a especulação imobiliária expulsam famílias para dar lugar a grandes e rentáveis empreendimentos

d. centro de mídia independente
camarada_d@riseup.net

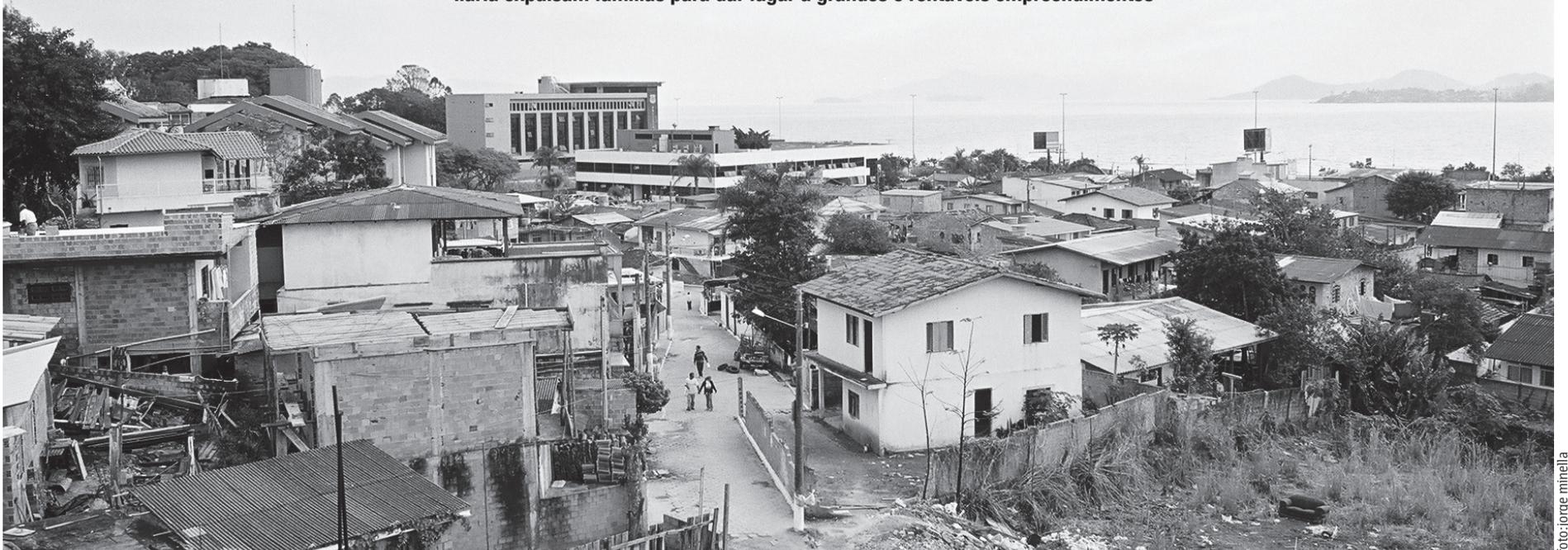


foto: jorge minella

A quem se destinam as intervenções urbanas

graziela kunsch
artista-etc. editorapressa@uol.com.br

Ontem estive de volta no prédio da Rua Plínio Ramos, nº112, centro de São Paulo. Aos que não conhecem a história desse prédio, ele permaneceu abandonado entre 1991 e 2003, quando foi ocupado por aproximadamente 70 famílias, que ali moraram por 3 anos. Em 16 de agosto deste ano essas pessoas foram violentamente expulsas de suas casas e armaram um acampamento de barracos de madeira na calçada em frente ao prédio. Por 3 meses essas pessoas viveram na rua, enquanto o prédio permaneceu vazio e com suas portas de entrada bloqueadas com paredes de cimento. Considerando esta imagem da porta fechada com cimento emblemática da privação dos direitos humanos essenciais - neste caso o direito à moradia, eu pensava em fotografá-la para colocar aqui nestas páginas. Mas ontem, a cena que encontrei foi esta:



Liguei para a imobiliária. Perguntei o preço do imóvel, cuja área é de 2080m2. Um milhão e duzentos mil reais, "sendo este valor negociável", disse o corretor. Nas palavras do secretário municipal de habitação, Orlando de Almeida Filho, "significa dizer que os imóveis no centro de São Paulo estão extremamente baratos. Quem quiser fazer um investimento imobiliário, faça no centro de São Paulo, porque ali, a curto e médio prazo, a tendência de valorização será enorme".

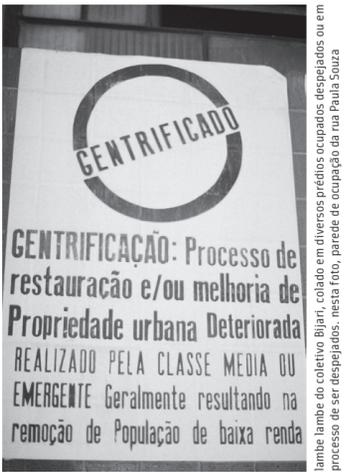


tortada no secretário municipal de habitação, pela Associação Internacional de Confeitores Sem Fronteiras - 19/09/2005, durante palestra na Escola Politécnica da USP

Valorização da terra X democratização social
Em 2 de junho de 2004 a prefeitura de São Paulo recebeu um empréstimo do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse financiamento diz respeito ao Programa de Reabilitação da Área Central - uma série de ações como a recuperação de edifícios degradados, que têm como objetivo transformar o perfil econômico da região. Para totalizar os 100% do valor do programa, 60% foi posto pelo BID e 40% pela prefeitura (o que chamamos *contrapartida*, exigida por contrato). Pedro Arantes, em sua tese de mestrado "O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas" comenta a *irracionalidade* do endividamento externo para políticas urbanas: "A inadequação entre meios e fins no empréstimo externo para realizar políticas urbanas e sociais é um tanto evidente: contrai-se uma dívida em dólares para efetuar gastos, na sua maior parte, em reais. Investimentos em saneamento, urbanização de favelas, estações de trens,

recuperação ambiental e políticas sociais são realizados basicamente em moeda nacional". Uma dívida que deverá ser saldada com juros e correções monetárias.

Outro ponto fundamental para se entender este contrato diz respeito à escolha das intervenções a ser realizadas. Os projetos que a prefeitura apresenta como contrapartida devem ser autorizados pelo BID, o que caracteriza total dependência ao banco no planejamento urbano da cidade. Uma das obras apresentadas como "elegível como contrapartida para o BID" (Cohab, relatório de gestão 2001-2004) era a reforma do edifício São Vito, bastante deteriorado, localizado na Av. do Estado, nº 3179. A prefeitura de Marta Suplicy (PT) desapropriou este prédio, onde moravam aproximadamente 1.200 pessoas, e ali pretendia construir 375 apartamentos em tamanhos variados, além da implantação de uma creche na cobertura (com mirante aberto ao público), uma unidade de Telecentro (ponto de acesso à internet) e um Centro de Treinamento Profissional, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Esta obra está completamente parada e o atual secretário municipal de habitação (gestão José Serra - PSDB) afirmou, pouco antes de receber a tortada, que uma possibilidade para o edifício São Vito era ele abrigar consultórios médicos privados. Em outras palavras, mais que um programa de recuperação da paisagem urbana, ou mesmo de melhoria das condições de moradia no centro, o que está em andamento é uma recuperação de terra; "a elite não aceita que ali não seja o centro da elite", coloca a arquiteta Mariana Fix. Desse conjunto de intervenções resulta um processo conhecido como *gentrificação*, que pode ser entendido como *enobrecimento* das regiões "revitalizadas".



lambe-lambe do coletivo Bijari, colado em diversos prédios ocupados despejados ou em processo de ser despejados. nesta foto, parede de ocupação da rua Paula Souza

O termo *gentrificação* foi usado pela primeira vez pela socióloga inglesa Ruth Glass, a partir de seus estudos sobre Londres, em 1964. A autora usou esta palavra para denominar o processo de expulsão da população de baixa renda em certos bairros centrais da cidade, sua substituição por moradores da classe média e a renovação das moradias, transformando completamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos.

Em The New Urban Frontier, o geógrafo Neil Smith afirma que a *gentrificação* é mais um retorno do *capital* que das *pessoas* ao centro da cidade. E esse processo não é fruto da ação isolada e espontânea dos agentes privados atuantes no mercado urbano de terras. O papel do Estado como indutor é extremamente relevante.*

Rampas antimendigo

Em uma das calçadas do túnel que liga a Avenida Paulista à Dr. Arnaldo, onde antes estavam colchões, cobertores, roupas, fogões improvisados, comida e pessoas, agora temos uma *montanha de cimento*.



detalhe de uma das rampas anti-moradores de rua vídeo em: parte 1 - http://www.midia independente.org/pt/blue/2005/10/331517.shtml | parte 2 - http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331515.shtml | parte 3 - http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331519.shtml

"Não é uma arte, né, um *design*... de um artista, né... mas ela é prática, né... prática de momento. O morador de rua, olhando isso, vai procurar um abrigo em outro local", comenta um trabalhador da obra. De fato, as pessoas que ali estavam se deslocaram agora para outro lugar, junto à ponte Eusébio Matoso. "Mas ali logo logo vai ter rampas também. Eles vão colocar rampa em tudo", informa outro funcionário.

Sob muitas críticas, o secretário de serviços e subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, interrompeu a construção da rampa. Mas uma série de outras ações vêm sendo implementadas pela prefeitura em nome da "revitalização" do centro:

Perseguição aos camelôs

"Não deixam mais a gente trabalhar", reclama Jainaina, que há 4 anos vende pastéis diante do Hospital Santa Isabel, na região central de São Paulo. Era a segunda vez em menos de um mês que ela teve toda a sua barraca apreendida por fiscais da prefeitura e pela Guarda Municipal. Para recuperar seu fogueiro (R\$75) e sua panela (R\$30) ela precisaria ir até o galpão da subprefeitura da Sé e pagar uma multa de R\$306. Já os materiais perecíveis - pastéis, coxinhas e refrigerantes - ela nem pode recuperar, uma vez que são doados a instituições de caridade - em muitos casos instituições privadas.

Descendo a rua Veridiana, onde está localizado o hospital, o que se via neste dia eram dois policiais para cada trabalhador e trabalhadora ambulante. Empunhados de cassetetes e armados, eles permanecem ao lado do camelô enquanto fiscais da prefeitura recolhem e embalam tudo o que estiver nas calçadas. Ao tentar dialogar com uma policial, uma camelô ouviu como resposta "Não são vocês que assinam o nosso trabalho". E o trabalho dos camelôs, quem assina? "É praticamente impossível conseguir uma licença", explicava um vendedor. De 6.000 ambulantes que trabalham no centro de São Paulo, apenas 1.248 têm autorização.

Perseguição aos catadores

Revelado no início de setembro, o projeto da prefeitura para os catadores e as catadoras de papéis e outros materiais recicláveis que trabalham no centro é de retirada de todos da área e seu deslocamento para uma central de triagem no bairro da Vila Maria. Nesta central, os catadores iriam apenas separar o material trazido por caminhões da prefeitura, deixando assim de ser trabalhadores autônomos, mesmo não existindo qualquer vínculo empregatício com a prefeitura.

Despejos

Uma verdadeira política de habitação deveria consolidar os assentamentos urbanos, melhorando suas condições de moradia. A prefeitura poderia desapropriar os prédios ocupados (usando uma palavra mais precisa, *comprá-los* - o que acaba

representando uma quantia irrisória ou mesmo inexistente, já que na maioria dos casos os prédios abandonados há muitos anos devem só de IPTU valores equivalentes ou superiores ao seu valor de venda) e reformá-los, transformando-os em moradias populares melhores.



dobras. vitor cesar, 2002

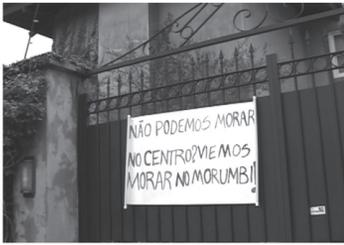
A política habitacional em curso em São Paulo, sob o comando do governador Geraldo Alckmin e do prefeito José Serra, ambos do PSDB, trabalha no sentido oposto. Com enorme poder de síntese, Alckmin afirma "comigo ocupou, desocupou". Não importa se os prédios estavam abandonados há mais de 20 anos, se os proprietários estão desaparecidos e devendo milhões em IPTU, se as famílias sem-teto não têm para onde ir. Só neste ano foram efetivados aproximadamente 10 despejos, de ocupações que existiam há pelo menos 3 anos, sendo que em pouquíssimos casos houve algum subsídio por parte dos programas de habitação dos governos.

Ainda na questão da moradia, a prefeitura declarou como sendo de utilidade pública cerca de 105 mil m2 na região conhecida como *Cracolândia*. Todos os imóveis desta área serão desapropriados para a instalação de empresas do ramo tecnológico. Neste caso se trata de *casas legalizadas* que serão desapropriadas não para um *bem público*, mas para *uso privado*. Andrea Matarazzo considera a medida como essencial para *revitalização* da área: "A região ficará linda", diz ele. **Para Carlos Vainer, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os debates sobre revitalização de áreas urbanas, centros urbanos ou áreas históricas das cidades incorrem num grande equívoco. "A discussão está fundada na ideia de que estas áreas não possuem vitalidade. Na verdade, essas áreas têm uma extraordinária vitalidade, mas foram, em muitos casos, ocupadas por grupos sociais de baixa renda. O que está sendo feito é renegar um tipo de vitalidade e recuperar essas áreas para determinados grupos sociais", afirma ele.****

Centro Vivo

Fundado em 2000, o Fórum Centro Vivo reúne sem-tetos, catadores, arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados, artistas, produtores

de mídia independente e outras pessoas que são contrárias à forma como as intervenções no centro vêm sendo implementadas pela prefeitura, marcadas por exclusão social. O Fórum é apartidário e pretende ser um espaço político comum, que fortaleça as lutas sociais e crie novas perspectivas de ação (e reação).



Escracho em Andrea Matarazzo

Com o chamado "Não está conseguindo viver no centro? Venha para o Morumbi, aqui é bem melhor!", em 29 de outubro o Fórum Centro Vivo se deslocou até o Morumbi, um dos bairros mais ricos de São Paulo, onde reside Andrea Matarazzo. "Entendendo que não há alternativa para a multidão, senão a luta, hoje nos colocamos aqui, em frente à sua casa: quem espera sempre cansa, viemos te escrachar", dizia manifesto do Fórum, lido por um catador diante da mansão de Matarazzo, localizada na rua Fausto A. P. Penteado, no 50.



foto: tranca rua

Escrachar, do dicionário, significa desmoralizar, desmascarar, escutar, esculhambar. De fato, vestindo trajes de banho e munidos de bôias, guarda-sóis e lanchinho (ou "farofa"), as pessoas se aglomeraram diante da casa de Andrea Matarazzo e ali penduraram faixas como "Em breve aqui, Favela Matarazzo" e "Piscinão do Andrezão", em referência ao Piscinão de Ramos, no Rio de Janeiro, criado para expulsar os pobres das praias da zona sul. Além disso, os manifestantes colaram uma série de lambe-lambes no muro de sua casa, com fotos de obras do subprefeito, como a já comentada "rampa antimendigo".

Para cada intervenção da prefeitura, uma intervenção da população. É bem possível que o próximo alvo de protesto (após a *tortada* e o *escracho*) seja o presidenciável José Serra.

*esta explicação está no texto "O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas", de Ronaldo Duarte, que pode ser lido em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm

**este trecho em negrito foi retirado da revista http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm, texto "Prós e contras da revitalização de centros urbanos"

agradeço ao eric pelo contato da mariana, à mariana pelo contato do pedro; ao pablo pelo contato da julia, à julia pelo texto do neil smith

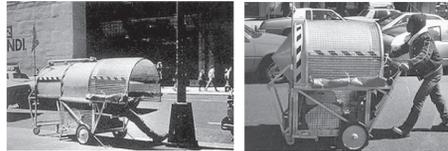
dedico este texto a todas as pessoas vivas dos centros e das periferias

Abaixo, alguns trechos do texto "Os sem-teto/global: lugares em escala", do geógrafo Neil Smith*, sobre a obra Homeless Vehicle [veículo de/ para moradores de rua], do artista Krzysztof Wodiczko. Em 06 de agosto de 1988, quando Wodiczko preparava o primeiro protótipo do Homeless Vehicle para exibição em uma galeria de arte central, a cidade de Nova Iorque presenciava seu maior conflito desde os anos 60: a falta de moradia e a gentrificação - a conversão dos anteriores bairros da classe trabalhadora em consumo de classe média e o despejo dos então moradores - ambas determinadas pelo tumulto policial que se deu no e ao redor do Tompkins Square Park no Baixo Leste. Foi no Tompkins Square Park que Krzysztof Wodiczko começou a entrevistar desabrigados do sexo masculino pensando no projeto do Homeless Vehicle. Em 2002, no evento Arte Cidade Zona Leste, em São Paulo, alguns moradores de rua experimentaram o veículo.

O *Homeless Vehicle* baseia-se na arquitetura vernáculo do carrinho de supermercado e facilita algumas necessidades básicas: de transporte, de descanso, de dormitório, de abrigo, de lavatório. A mobilidade espacial é um problema central para pessoas excluídas de espaços privados do mercado imobiliário. Sem uma casa, ou algum lugar para guardar seus pertences, torna-se difícil mover-se pela cidade pelo fato de ter de carregar consigo todas as suas coisas. No final dos anos 80 em Nova Iorque, onde os excluídos de propriedade eram estimados entre 70.000 e 100.000 pessoas (entre 01% e 1,5% da população total da cidade). Muitos desses excluídos começaram a usar o carrinho de supermercado ou sacos de transporte de carta postal para fazer a travessia de seus pertences nos arredores da cidade, e para coletar latas e garrafas que poderiam ser compensados a favor de seus depósitos de moeda. Wodiczko aperfeiçoou sua invenção. O mais baixo compartimento do veículo está projetado para carregar pertences - malas, roupas, cobertores, comida, água, latas vazias.

Encontrar um lugar para dormir é também um problema, assim o compartimento topo, que pode ser usado para carregar coisas durante o dia, pode também ser desmembrado em três seções. Cada seção é pendurada por um resistente plástico a prova d'água, e quando esticado, este compartimento superior forma um lugar para dormir. Por este motivo Wodiczko tem também se referido ao seu projeto como um "veículo-abrigo". Diariamente, o lavar-se também se constitui em dificuldade para esses excluídos: o "nariz cônico" de alumínio do veículo, satiricamente lembrando um foguete ou qualquer outro dispositivo high-tech militar, dobra-se sobre si para transformar-se em uma bacia de lavagem. Em um modelo anterior Wodiczko tentou projetar um toalete bioquímico na traseira do veículo, mas isto mostrou-se impraticável.

Sendo uma resposta extrema e apropriada para o problema dos despejos sociais em massa, o Homeless Vehicle não é nem é pensado como uma solução. Ele "não é um lar, mas um imóvel não legal!" de acordo com Papo Colo: é uma "arquitetura provocada pela miséria, um projétil, a indicação de fuga, de retirada, ou de invasão e ataque." Com uma aparência de alta precisão, de instrumento industrial militar, ele expressa o absurdo e a obscenidade social da generalizada falta de moradia no coração do capitalismo mundial, mas isso realiza-se tão somente na medida em que o veículo é ri-gorosamente funcional. A prosaica utilidade do "nariz cônico" para as necessidades diárias contrasta abruptamente com o patológico desperdício de US\$ 300 bilhões do orçamento de defesa, quando chama a atenção para o fato de que existe maior uso social numa simples bacia de lavagem do que num irrestrito arsenal nacional de sucata *high-tech*. O carrinho de supermercado, um sutil símbolo, porém um agressivo



homeless vehicle [veículo de/para moradores de rua]

ícone de consumismo expansivo, torna-se num significado tanto de produção quanto de consumo, uma tecnologia básica para a condução da vida diária. O absurdo do veículo liga-se à sua praticidade. Isso expressa e desnuda as relações honra e desonra definindo a situação de estar desabrigado.

Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam espaços públicos, mas sua decorrente presença na paisagem urbana é violentamente contestada. Sua visibilidade é consistentemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares - para abrigos fora de prédios e parques, para bairros pobres, para outros espaços marginais. Os despejados são também eliminados pelas desesperadas campanhas pessoais daqueles que têm moradia, em não ver nenhum sem-teto. Este constante apagar da contemplação pública, é reforçado por estereótipos da mídia, que inclusive culpam as vítimas e, relacionado a isto, justificam sua invisibilidade programada. Este reforço a o que quer os suprima em lúgrube sentimentalidade, faz com que os excluídos sejam interpretados como fantoches sem ajuda (o outro patético) excluídos da responsabilidade civil ativa e rejeitados da dignidade humana.

O *Homeless Vehicle* é uma invenção atrevida que autoriza os desabrigados a apagar sua própria remoção social. Ele "revida", por tornar os sem-teto visíveis, acentuando suas identidades e "dramatizando o direito do miserável em não ser isolado e excluído". Quebrando o nexo dominante da paisagem urbana, ele perpetra um "escândalo socialmente criado": torna-se "um veículo para organizar os interesses da classe dominada em uma expressão de grupo, implementando o plano para trazer a luz a realidade social, no apoio ao direito desses grupos a recusar a marginalização."

A tensão entre o absurdo e a funcionalidade é expressada não apenas através do *design* do veículo, mas através de sua revelação prática sobre a vida cotidiana como inerentemente espacial. O *Homeless Vehicle* expressa a geografia política estratégica da cidade. Desabrigados as capturam imovelmente no espaço, ou melhor ainda capturam-nas nos interstícios de uma geografia urbana produzida e reproduzida de tal modo que os exclui. O *Homeless Vehicle*, por paradoxo, é simultaneamente um meio de produção e reprodução, permitindo aos despejados produzirem e reproduzirem espaço na medida em que aumentam suas possibilidades de sobrevivência. Ele é um meio de cavar uma maior solidariedade, uma geografia política numa cidade de espaços excludentes. Por permitir mais ampla mobilidade espacial, ele abre as possibilidades para vasculhar coisas e para mendigar; ele põe ao alcance as mais distantes latas e garrafas dos centros de salvação e produz novos acessíveis lugares para dormir; permite mais rápida e eficiente fuga frente a possibilidade de hostilidade e agressão policial; de um modo geral, ele torna menos áspera a rotina diária da vida. Mais que encerrar os sem-teto em localizações prescritas, o veículo facilita-lhes o domínio do espaço em termos de planos. Operadores do *Homeless Vehicle* "adquirem domínio do espaço pela sua obrigação de inventá-lo." E a mobilidade crescente aumenta a oportunidade para reunião e organização pública; Ele torna os sem-teto mais audazes em relação à frágil coerência da geografia política dominante da cidade.

*Texto de SMITH, Neil "Homeless/Global: Scaling Places", capítulo 6, in: J. Bird, *Mapping The Futures: Local Cultures, Global Changes*, Routledge, London, 1993. Tradução: Nilo Lima/junho de 1995. Esta é uma tradução não autorizada. Qualquer citação deve ser feita no original com tradução em nota de rodapé. (N. do T.)

Mais importante que votar SIM ou NÃO: "desarmamento" e violência de classe

texto completo em: <http://www.independente.org/pt/blue/2005/10/332072.shtm>



Foto: Isadora Irls [despejo da ocupação plínio ramos, em são paulo]



ilustração: bá

Uma vez mais, um processo eleitoral oficial (no caso um referendo) conduz a sociedade a olhar um problema grave e complexo como se fosse uma simples prova de múltipla escolha. Contradições sociais, concepções ideológicas, interesses de classes e disputas de poder são camufladas e postas em segundo plano em favor de uma trivial escolha binária: SIM ou NÃO.

Que o sistema "democrático" oficial proceda assim não é surpresa: afinal, sua função não é permitir verdadeiras "decisões" populares, e sim fornecer um arremedo ilusório de "participação" para os setores oprimidos, desprovidos de poder (quando estão desorganizados). O que mais uma vez causa mal-estar (não diria surpresa) é que a própria "esquerda" embarca, em sua maioria, nessa canoa furada, promove debates e gasta laudas com o objetivo de produzir ou informar uma "opção": devo votar SIM ou NÃO? O que poderia ser uma importante reflexão sobre a violência institucionalizada, o caos social do capitalismo tardio, e as alternativas de poder popular no campo da segurança e paz coletivas, fica reduzido a uma mesquinha disputa de argumentos circunstanciais e parciais para no dia da eleição se digitar um "1" ou um "2".

Partindo do objeto específico do referendo (que não é, como alguns tentam mostrar, o "desarmamento" em geral, mas a proibição – ou não – do comércio privado individual de armas de fogo) e dos argumentos usuais das duas "frentes" (que afirmam – ambas – o mesmo objetivo de fortalecer a segurança coletiva e reduzir a violência), vamos tentar mostrar que há interesses ideológicos da classe opressora tanto numa opção como noutra. O interesse da classe dominante como um todo não está tanto em um ou outro resultado, mas na realização da consulta em si mesma e na concentração da reflexão e discussão da sociedade nas duas opções disponíveis, ambas dentro da lógica do controle e institucionalização da violência pelos ricos.

Primeiro, a proibição. A proposta retira sua força principalmente de uma ilusória identificação com o "desarmamento" em geral, e secundariamente em alguns argumentos fundamentados sobre a letalidade das armas de fogo em casos de violência interpessoal (brigas domésticas e de trânsito, acidentes), ou seja, não ligadas ao problema da criminalidade e violência social propriamente ditas. Primeiramente, nunca fala da violência praticada pelo Estado, dos assassinatos e execuções sumárias cometidas por "agentes da lei" (policiais no exercício de suas funções ou não). Essas não são só muito significativas estatisticamente (cerca de 40 mil mortes por arma de fogo no Brasil por ano, mais de mil mortes provocadas pela polícia por ano só no Rio de Janeiro), mas têm um impacto decisivo na violência em geral, pois significa o Estado (suposto representante do bem comum) dando o exemplo e sinalizando à população que os conflitos devem ser resolvidos à bala. Mas essa enganação tem um evidente caráter de classe (e racista): **a violência estatal não se distribui uniformemente pela sociedade, ela incide quase exclusivamente sobre pobres, negros e moradores das favelas e periferias.** Não falar da violência estatal é dizer que a violência sobre negros e pobres não é um problema "significativo".

Confrontados com o sólido argumento de que na maior parte dos homicídios por arma de fogo são utilizadas armas ilegais, os defensores da proibição têm citado exaustivamente a cifra de que 30% das armas apreendidas com criminosos no Rio têm origem legal, ou seja, foram legalmente adquiridas e depois roubadas, desviadas etc. Além de ser um argumento fraco de início (os 70% de armas ilegais "mesmo" são muito mais significativos), até hoje não vi um detalhamento desta estatística: esses 30% foram adquiridos legalmente por quem? Quantos foram por indivíduos (a única parcela que sofrerá restrição pela proibição), e quantos pelo Estado (polícia, forças armadas) e por empresas de segurança (para os quais a lei não muda nada)?

Incidentalmente, citei um aspecto da legislação que está indo a referendo que raramente tem sido citado nos debates: a proibição em nada afetará as empresas privadas de segurança, elas continuarão a se abastecer de armas de diversos tipos e calibres. Ora, a "segurança privada" é um dos negócios que mais crescem atualmente no Brasil; o contingente de seguranças armados já é superior ao efetivo das Forças Armadas e das polícias somados. Essa imensa fonte de multiplicação de armas nas mãos de pessoas em nada será afetada pelo tal

"desarmamento". Ou melhor, pode até estimulá-la, já que uma parte significativa da classe média, sem poder adquirir armas particularmente, começará a julgar um investimento "aceitável" a contratação de seguranças particulares para seus prédios, condomínios etc. Aqui fica, mais uma vez, evidente o caráter de classe da proposta de proibição: segurança privada é um bem de consumo exclusivo dos ricos e de alguns setores de classe média.

Vejam agora a segunda opção, contra a proibição. Seus argumentos são ainda mais fracassados. Sua tese central, de que o "cidadão armado" inibe a ação dos criminosos, é técnica e historicamente insustentável. A autodefesa armada individual nunca foi capaz de evitar a violência ou responder a ela, pois sofre de dois tipos de desvantagens irremediáveis: primeiro, num confronto um a um, a vantagem está quase sempre do lado do atacante (assaltante, assassino, polícia), devido ao elemento surpresa; segundo, quase sempre o atacante não é um indivíduo, mas um coletivo (um bando, pelotão etc). Entretanto, a proposta da não proibição é mais coerente com a economia de mercado. A "defesa dos interesses individuais" sustentada pelos partidários do NÃO, é na verdade a defesa dos direitos do comprador. Porque permitir a produção livre de determinada mercadoria (armas) e não seu livre comércio? Claro que, para este, como para qualquer outro tipo de mercadoria, o "direito do comprador" é um direito de classe, é o direito de quem tem dinheiro para comprar. É o "salve-se quem puder", e no capitalismo pode quem tem dinheiro. Assim, o caráter de classe da proposta do NÃO fica tão claro como o dos defensores da proibição.

Os proponentes do SIM não são contra a livre produção de armas por empresas privadas, mas querem restringir seu comércio em nome do monopólio da violência pelo Estado. O princípio do monopólio Estatal da violência não surgiu no capitalismo, na verdade é um dos pilares de qualquer tipo de Estado. Os ideólogos defensores do Estado como "poder público" que impede que a sociedade se desagregue numa luta de todos contra todos, sempre partem do dogma segundo o qual indivíduos e comunidades "naturais" são incapazes de conviver harmoniosamente e por isso devem ser privados de poder para seu próprio bem. Essa fraseologia abstrata está em total contradição com a história. Antes de se desenvolver a sociedade de classes (ricos oprimindo pobres) não se tem conhecimento (através da antropologia e arqueologia) de nenhum povo que desapareceu consumindo-se numa luta sem regras. Ao contrário, opressão social e Estado (duas coisas que sempre andaram juntas) foi o que gerou todas as guerras civis e genocídios conhecidos.

Porém, não vou aqui simplesmente constatar que a violência e a criminalidade são geradas pela opressão social, pela desigualdade, pelo racismo. Sabemos que violência social não acabará enquanto persistirem suas causas econômicas e sociais. Vivemos uma situação tal neste capitalismo tardio (quer dizer, o capitalismo que já "passou da época" de morrer) que hoje em dia até a burguesia admite isso, mas joga cinicamente com o desespero do povo diante da violência dizendo: não podemos esperar pela solução dos problemas sociais para tomar "medidas concretas" contra a violência, precisamos de soluções imediatas. Não deixa de ser

maurício campos
militante da Frente de Luta Popular
mcampos@altermex.com.br

verdade. O genocídio a que está sendo submetido hoje o povo pobre, negro e explorado é realmente insuportável. Decerto são necessárias "medidas imediatas". O que tentarei mostrar a seguir é que as únicas medidas "imediatas" cabíveis são aquelas que levam diretamente à luta total contra a opressão e pela libertação social. À luta pela revolução, como se dizia antigamente...

Podemos escolher vários pontos de partida, mas vamos começar pelo tão falado "desarmamento". Numa lógica direta, se eliminarmos todas as armas de fogo, não haverá mais mortes por armas de fogo. Então façamos a coisa direita: 1) proibir a fabricação de armas; 2) desarmar quem está armado, prioritariamente aqueles que são as maiores fontes de violência, na ordem: o Estado, os criminosos, os indivíduos armados não criminosos. Tanto os defensores do SIM como do NÃO irão sorrir e dizer: que disparete! Desarmar o Estado! Acabar com a polícia! Quem irá nos defender? Um intelectual mais ponderado dirá: existem na sociedade indivíduos desajustados, de conduta anti-social, que se organizarão, formarão bandos, e aproveitarão o desarme geral para se armarem e imporem seu roubo e saque permanente ao conjunto social. Sim, é verdade. Aliás, essa é uma descrição bem precisa do processo de formação do Estado e da classe dominante.

Mas, se não podemos contar nem com o Estado nem com a autodefesa individual, então quer dizer que estamos condenados a viver à mercê de bandidos, com farda ou sem? Não, porque existe outra alternativa, aliás, a única viável: **a segurança coletiva feita pela própria população organizada e armada. Em diversos momentos da história, em épocas de revolução e enfraquecimento do Estado, foram feitas experiências de milícias e outras formas de autodefesa do povo em armas. Cada "cidadão" tinha o direito e o dever de prestar serviço na milícia portando armas da coletividade. Em geral, antes das contra-revoluções acabarem com essas experiências, as milícias revelaram-se extremamente eficazes no controle da criminalidade, principalmente por contar com uma rede de "informação" (a quase totalidade do povo) que nenhuma estrutura policial profissionalizada pode igualar.**

Produção de armas retirada do controle das empresas privadas e controlada pela coletividade organizada. Proibição de qualquer indivíduo poder possuir uma arma (todas as armas passam a ser da coletividade). Extinção da polícia e de qualquer corpo armado profissionalizado separado da sociedade. Serviço obrigatório nas milícias (equipadas com armas da coletividade) de toda mulher e todo homem em idade produtiva e com saúde suficiente. Esses, em linhas gerais, são os passos necessários para o único "desarmamento" possível e viável. Utópico! Exclamarão os crentes no poder do Estado. O povo não está organizado e educado para isso! Outros, "à esquerda", dirão: a classe dominante nunca vai deixar, querer implantar esse programa nos levará à guerra civil...

Bem, disse que apresentaria a única alternativa viável, não disse que ela seria fácil. Implantar um regime de segurança e paz coletivas através da autodefesa da população sem dúvida exigirá um movimento social como nunca se viu no Brasil, uma mobilização popular imensa, um grandioso processo de educação através da luta, o ataque resolutivo contra privilégios e preconceitos seculares. Como disse, isso nos leva diretamente à luta pela libertação do povo até hoje escravizado e pisoteado pela minoria exploradora, genocida e racista. A única questão é: quem tem a perder com isso?

Alguém obcecado pela institucionalidade que tenha lido o texto até aqui, mas que não entendeu nada do que eu escrevi, deve estar a esta altura muito irritado e perguntando: afinal, no que esse cara votou no dia do referendo? Vou me abster. **A abstenção eleitoral, quando você atua e luta de fato nos movimentos sociais, nunca é passividade, é uma forma clara de dizer: nenhuma das opções que o sistema "democrático" oficial me oferece é viável e conseqüente; continuarei lutando, pois esta é a única forma de buscar uma verdadeira solução.**

Justiça catarinense suspende lei do passe livre

d.
camarada_a@riseup.net
militante do MPL

No dia 16 de novembro, cerca de 40 desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), votaram pela suspensão da lei do passe livre de Florianópolis, que garantiria o direito à gratuidade ao transporte para todos os estudantes a partir de 2006. A ação contra o passe livre foi uma iniciativa do promotor Gilberto Callado e da procuradora Vanessa Cavallazzi, ambos do Ministério Público de Santa Catarina.

De acordo com um militante do MPL, o relator, desembargador Rui Fortes, leu a defesa "omitindo partes importantes e emitindo opiniões". A tecla batida com insistência foi o chamado "vício de origem", ou seja, que o Legislativo não pode criar gastos para o Executivo. No entanto, quando se trata de serviços e direitos fundamentais, especialmente se já previstos no orçamento do município (como o transporte coletivo e o passe livre), a irregularidade não existe. Além disso, o Ministério Público (MP) questiona o fato de o passe livre atender todos/as os/as estudantes e não apenas aqueles considerados carentes - aspecto que eliminaria as burocracias criadas para a maioria da população. Vale lembrar que a camada mais rica da sociedade, segundo o Censo de 2000, representa apenas a quantia de 2,4%.

Suspensa, a lei ainda será avaliada pelos mesmos desembargadores, que decidirão se a lei 1.137/04 será derrubada ou não. O Movimento Passe Livre - MPL não se surpreende com a ação. Há meses a prefeitura procura entidades na sociedade para bancar a ação. O secretário dos Transportes, Norberto Stroisch, chegou a cogitar os integrantes do Conselho Municipal dos Transportes, mas não obteve sucesso. O movimento afirma que a luta pela conquista do passe livre e pela desmercantilização do transporte continuará.

reunião de textos, fotos, áudios e vídeos de todo o processo de aprovação do passe livre em Florianópolis e da sua suspensão: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/339006.shtml>

A corrupção contra o passe livre

texto completo em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332148.shtml>

leo vinicius

engenheiro químico, doutorando em Sociologia Política na UFSC e militante do MPL
leov@riseup.net

Nos últimos meses o povo brasileiro tem acompanhado uma série de escândalos envolvendo políticos do alto escalão de Brasília. Em Florianópolis o cheiro da corrupção começa a exalar forte, embora a mídia não tenha se manifestado. O último envolve a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei do passe livre assinada pelo Procurador Geral da Justiça Gilberto Callado de Oliveira e a promotora Vanessa Cavallazzi, ambos do Ministério Público de Santa Catarina. Não é preciso ser muito inteligente e nem ter informação de dentro da prefeitura para saber que essa Adin foi preparada nos gabinetes do prefeito Dário Berger e do secretário de transporte Norberto Stroisch. Bastaria perceber a coincidência de datas em que ela foi protocolada: dez dias antes do fim do prazo para a prefeitura enviar o orçamento e 2006 ao legislativo, e em meio a uma jornada de lutas do Movimento Passe Livre para que o prefeito cumprisse a Lei 1137/04 colocando no orçamento a verba necessária para efetivá-la. A Adin foi claramente um "golpe

político" vindo da prefeitura, deixando às claras uma corrupção e promiscuidade que liga a atual gestão municipal a procuradores e promotores do Ministério Público de Santa Catarina.

A dupla Dário/Norberto já havia procurado associações para que entrassem com uma Adin contra o passe livre. Mas o testa-de-ferro foi encontrado somente dentro do MP-SC. E antes que alguém diga que se trata de calúnia, digo que corrupção não diz necessariamente respeito a somas de dinheiro repassadas para se comprar assinaturas ou votos. Corrupção de cargo ou função pública significa corromper, depravar, desvirtuar essa função ou cargo, ou seja, utilizá-lo para fins outros que não aqueles aos quais seus honorários são pagos pela população. Um Procurador Geral do MP comete ato de corrupção quando desvirtua a função do MP, de fiscalizador do cumprimento da lei, para atacar de uma lei. A corrupção da função do MP fica clara também pelo conteúdo Adin. Ao invés de atuarem de modo a fazer com que o executivo municipal cumprisse uma lei que

é a extensão nítida em nível municipal do que a LDB determina, eles a atacam. Os argumentos em que a Adin se baseia chegam às raias do absurdo e expõem essa perversão. Atacam a lei porque ela dá o direito a todos os estudantes, mesmo os que não são "carentes", a terem acesso gratuito ao transporte coletivo. Ora, conseqüentemente, os sistemas de educação e de saúde públicos que conhecemos seriam igualmente inconstitucionais, assim como o caráter público das praias e o direito universal de utilizar gratuitamente as ruas e calçadas para locomoção! A corrupção da função do MP é tão flagrante que ele está a atacar exatamente o que funda a existência do público, a liberdade e igualdade ao acesso, só possível através da gratuidade.

Diante da Adin, os desembargadores do Tribunal de Justiça concederam uma liminar que suspende a lei do passe livre. A ignorância sobre o tema e a vontade de acabar com essa lei eram tão grandes que o desembargador que presidia a sessão chegou a falar falsidades grosseiras. Pas-

mem, ele afirmou que a lei havia sido vetada pela prefeitura!!!! O que qualquer pessoa um pouco informada sobre o assunto sabe que não ocorreu. Ou seja, os desembargadores tiveram uma decisão explicitamente política naquela tarde, e com base em informações falsas divulgadas por eles mesmos. E a sociedade está à mercê dessa gente...

O que se viu no Tribunal de Justiça foi claramente uma tentativa de enfraquecer um movimento social que tem se mostrado antagônico ao poder constituído que esses juristas, políticos e empresários do transporte representam. Movimento que ajudou o povo a exercer sua soberania de fato em duas ocasiões diante das quais os poderes legislativos, executivo e judiciário tiveram que se render e as tarifas de ônibus serem reduzidas. O ódio mortal à lei do passe livre é um ódio ao povo organizado. Eles não são tolos e sabem muito bem que o MPL põe o poder deles em risco ao fomentar a auto-organização popular.



fotos: graziela kunsch [ponte piqueri/ marginal tietê, são paulo]

Catracas foram queimadas na semana nacional de lutas

Pular catraca não foi o suficiente. Para além desta alegoria utilizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) - muitas das vezes na prática - o que marcou o dia nacional de lutas foi a queima de catracas verdadeiras e fictícias. Em diversas cidades, milhares de estudantes protestaram pelo passe livre no dia 26 de outubro, data que lembra a aprovação da lei do passe livre em Florianópolis. Entrou na pauta das manifestações o repúdio à ação do Ministério Público catarinense que, servindo aos interesses da Prefeitura de Florianópolis, entrou com uma ação na justiça para barrar a lei conquistada após quatro anos de mobilizações.

textos, fotos, áudios e vídeos em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/10/334402.shtml>

d. e g.

integrantes do coletivo editorial
do jornal do mpl
www.mpl.org.br



foto: douglas [secretaria municipal de transportes, são paulo]

vídeo: 1 prefeitura - <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2005/11/336970.shtml> 2 secretaria de transportes - <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2005/11/336974.shtml> 3 ruas - <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2005/11/336980.shtml>

O dia 26 também foi marcado pelo lançamento de um jornal impresso nacional, distribuído inicialmente em 10 cidades brasileiras. O processo de realização deste jornal reflete a organização do próprio movimento: horizontal, sem uma direção centralizada, e as articulações entre as diferentes cidades são feitas através de um Grupo de Trabalho, composto por pessoas indicadas por seus coletivos locais.

"O MPL é um movimento social autônomo que luta por um transporte verdadeiramente público, de acesso a todas as pessoas, sem exclusão social. Neste momento, lutamos pelo passe livre estudantil, que já é realidade em cidades como Rio de Janeiro e Cuiabá. A longo prazo, nosso objetivo é municipalizar todo o transporte coletivo, com a participação das pessoas neste processo", diz a contracapa do jornal.

Os protestos aconteceram em Blumenau, Joinville, Florianópolis (Santa Catarina), Santos e São Paulo capital (São Paulo), no Distrito Federal, em Curitiba (Paraná), Goiânia (Goiás), Cuiabá (Mato Grosso), Fortaleza (Ceará), Vitória (Espírito Santo), Rio Branco (Acre) e Aracaju (Sergipe).



JORNAL

número um | semana nacional de luta | outubro 2005

PDF do jornal nacional do MPL: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/334521.shtml>

MPL
movimento
passe livre

Bush: "o presidente Lula prometeu me levar para pescar"

Ao meio dia de 6 de novembro, domingo, os presidentes do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos da América, George Walker Bush, discursaram juntos. Cada um ocupava uma tribuna enfeitada por um pequeno quadro, onde as duas bandeiras nacionais se fundiam. Acompanharam o cortejo dezenas de jornalistas, esposas na primeira fileira, a secretária de Estado Condoleezza Rice e o chanceler brasileiro Celso Amorim.

Lula abriu a fala com a sua tradicional fisionomia que mistura vergonha e cara de pau. Pisando em ovos, para se proteger dos reflexos da sua antiga base de esquerda e também para evitar um desgaste desnecessário com grandes empresários, a grande imprensa e o próprio governo estadunidense.

O que precedia a fala do presidente brasileiro foi a apagada atuação na 4a Cúpula das Américas, realizada entre os dias 4 e 5 em Mar del Plata (Argentina). 34 presidentes de países americanos (com exceção de Cuba) se isolaram dentro do balneário argentino para discutir, entre outras coisas, a retomada da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Lá a lógica era a mesma. Fazendo o embaraçoso papel de "meio termo" entre Venezuela e Estados Unidos. Mediador entre países, mas não porta voz do povo de fato. **Não existe melhor exemplo para percebermos que presidentes e seu aparato institucional não nos representam: o que pensar sobre as cercas separando os 34 presidentes do resto do mundo? Esta área de 20 quadras foi apelidada por lá de "vallado".**

Trecho de um relato de um integrante da Rádio de Tróia (rádio livre de Florianópolis, na frequência 102.9 FM), explica com perfeita clareza do que se tratou a Cúpula: "O vallado, segundo depoimento de um padeiro que tem sua loja situada numa rua paralela ao local onde foram colocadas as grades, 'mostra que este encontro, esta Cúpula, não vem para que possamos compartilhar experiências culturais dos povos da América, mas para nos dizer que o que se negocia aqui se negocia na base do medo'".

O saldo disso foram as manifestações de milhares de pessoas, a chamada Anti-Cúpula, respondidas com a habitual violência policial, desta vez amparada pelo discurso da "prevenção antiterrorismo". 83 presos. Pela manhã,

antes dos protestos que culminaram em prisões e violência policial, foi realizada em um estádio de futebol a Cúpula dos Povos. Apelidada de "protestos oficiais", que abarcavam desde Diego Maradona até o presidente venezuelano Hugo Chavez, esta cúpula deixou muito a desejar. Embora também tenha pedido o fim da Alca e o fim da militarização do mundo, teve como grande atração o discurso de Chavez. A retórica do venezuelano sobre seu papel de "coveiro que enterraria a Alca" parou por aí. A Alca de fato não passou, mas por questões meramente pontuais do Mercosul (região econômica entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina), que espera o dia 13 de dezembro, próxima reunião da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Neste próximo encontro será discutida a redução das medidas protecionistas agrícolas de países da América do Norte e da Europa. Os países destas regiões pagam saborosos subsídios para que seus agricultores possam vender produtos abaixo do preço de mercado, quebrando economias de países menores. Se alguém barrou a Alca, além do próprio Mercosul com seus motivos pequenos e paliativos, foram os milhares de pessoas nas ruas, desde o surgimento da proposta há anos.

Churrasco com o presidente

Na manhã do dia 6, Bush veio ao Brasil para sua primeira visita. Um aparato sem precedentes, com 1.800 homens das forças brasileiras mais forças estadunidenses garantiram que centenas de manifestantes não atrapalhassem o churrasco que o presidente brasileiro ofereceu para o estadunidense e sua equipe. Dias antes protestos contra a visita do "inimigo número um da humanidade" já haviam acontecido em muitas cidades brasileiras: Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo, Natal, Florianópolis, Espírito Santo. Em Brasília durante o encontro dos chefes de Estado, um McDonald's foi ocupado e os/as manifestantes distribuíram feijão e arroz de graça. Palestinos e sírios também protestaram em frente à Granja do Torto, residência do presidente.

Os discursos de ambos foram significativos para os povos e quem se preocupa com liberdade e justiça. Lula resolveu engolir seco a vergonha que passou na semana anterior, ao ser elogiado por Bush. Luis Inácio mencionou em seu texto lido que "os Estados Unidos têm contribuído para manter o clima de cordialidade" e que os dois países têm "vocaçao para garantir a cidadania e os direitos humanos". Nervoso, chegou a errar a folha de seu discurso manso, mas logo retomou seus agradecimentos pelos elogios de Bush, para quem o Brasil representa "uma força estratégica para a democracia no continente". Lembrou que Estados Unidos significa o maior apoio comercial para a política de exportação adotada pelo ministério da Agricultura – em detrimento da produção para o próprio Brasil. Somente em 2004 foram R\$ 4 bilhões de investimentos vindos dos EUA.

Lula terminou seu discurso abrindo o caminho para que a Alca vire uma realidade. Pediu apoio para Bush no sentido de construir uma negociação de sucesso em Hong Kong no mês que vem, onde

ocorrerá a próxima reunião da Organização Mundial do Comércio. Bush, discursando de improviso e com um sutil sorriso no rosto, garantiu seu esforço para contemplar o presidente brasileiro. "Livre comércio justo e que gere emprego é plenamente possível", discursava, esquecendo que reduzir para zero os impostos e taxas a serem pagas por empresas estrangeiras significa a avalanche de novos grandes negócios em países com pior legislação trabalhista para os/as trabalhadores/as; e conseqüentemente a derrubada dos direitos nos países de origem destas empresas, já que serão constantemente pressionados e ameaçados com a mudança dos locais onde trabalham para países pobres do continente. Sem contar a também deterioração nas leis ambientais que poderiam "atrapalhar" os lucros de quem viesse descobrir novas fontes de riqueza.

Além do churrasco, Bush ficou absolutamente contente pela hospitalidade brasileira.



manifestação anti-bush em são paulo 5/11/2005
foto: isadora lins



protesto na Esplanada dos Ministérios, Brasília, 6/11/2005: bonecos sujos com tinta vermelha simbolizam vítimas das guerras de Bush

"O presidente Lula prometeu me levar para pescar", disse. Mas só depois do término do mandato, pois "muitas pessoas nos perseguiriam". Terminou seu discurso afirmando que "nós somos as duas maiores democracias do mundo" e felicitando o Brasil pela coragem e ousadia de administrar o golpe de Estado (claro que não nestes termos) ocorrido no Haiti, desde o ano passado. A rigor, o que significa democracia para Bush? Ocupações no Afeganistão e no Iraque, resultando em milhares de mortos e, sobretudo, a imposição de sua doutrina política sobre estes povos. O Brasil embarca nesta aventura genocida não apenas na retórica, como poderemos ler na reportagem abaixo.



anti-cúpula, argentina. foto: boca

Ocupação do Haiti: tropas da ONU massacram população de bairros populares

Entre 27 de dezembro e 31 de janeiro o Haiti deve ter novas eleições para o executivo e legislativo e organizações de direitos humanos haitianas denunciaram falta de transparência no processo eleitoral, além de perseguição e até prisão de opositores do atual regime. Porém, mais grave do que esta eleição pouco significativa para qualquer mudança no país, as tropas da ONU lideradas pelo Brasil, junto à Polícia Nacional do Haiti (PNH), foram responsáveis por chacinas em bairros pobres de cidades do país. É isto que afirmam ativistas de direitos humanos que procuraram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) no dia 15 de novembro. O governo brasileiro não aceitou tais acusações.

No dia 6 de julho, enquanto o mundo voltava todos os seus olhos e capas de jornais para o atentado ao metrô londrino, um massacre acabou com dezenas de vidas no Haiti. Cerca de 350 soldados da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah, composta por alguns países latino-americanos e comandada pelo governo do Brasil) atacaram o bairro Cite Soleil, subúrbio da capital, Porto Príncipe. Com uso de tanques, gás lacrimogêneo e dois helicópteros, os soldados atiraram em casas, uma igreja e uma escola. Pelo menos 23 mortes foram confirmadas na época, mas o número pode ter chegado a 80.

O comandante das tropas, o brasileiro Augusto Heleno Ribeiro, afirmou que a operação consistia na captura de um membro de grupos armados oriundos do bairro e que os soldados não iniciaram o tiroteio.

Em contrapartida, de acordo com relatório de uma comissão haitiana de direitos humanos e de uma organização sindical dos EUA, a população do bairro afirma que o ataque visava integrantes do partido Lavalas, do presidente Jean Bertrand Aristide (retirado do cargo após o golpe de Estado do início do ano passado), e militantes contrários à ocupação militar. Segundo uma testemunha que não quis se identificar, pessoas foram mortas em suas casas, nas ruas e em seus locais de trabalho, mesmo desarmadas. Entre outras mortes, esta mesma testemunha conseguiu filmar cenas de Sonia Romelus e suas duas filhas, mortas por tiros após serem alvos de granadas de gás em sua própria casa.

De qualquer forma, os ataques não iniciaram agora. Entre 31 de maio e 29 de junho, cerca de 50 pessoas já haviam sido mortas pelas tropas da ONU e pela Polícia Nacional do Haiti (PNH). De acordo com um integrante do Lavalas, todos os bairros populares (Bel Air e Solino, por exemplo) estão sendo alvejados por ataques.

A imprensa mundial se calou. Além de não publicarem nenhuma nota sobre o massacre do dia 6 de julho, um silêncio militante e proposital, tampouco mencionaram que no dia 12 o Lavalas convocou uma manifestação de repúdio aos assassinatos, ocorrida no dia 14. Pouco depois da meia noite daquele dia foram noticiadas as mortes de mais seis haitianos, assassinados pelas tropas da ONU no bairro de Cite Soleil (incluindo três crianças de 9, 5 e 4 anos).

Mas o povo não se intimidou. Por volta das 10h30, mais de cinco mil pessoas com-

pareceram ao ato. Os manifestantes cantaram canções pelo retorno do presidente Aristide e exigiram a prisão dos líderes e apoiadores do golpe de Estado. Eles também exigiram que este regime ilegalmente imposto saísse do país, para que Aristide pudesse retornar e terminar seu mandato, e que novas eleições mais confiáveis venham a ser organizadas. Pedras e garrafas foram atiradas aos soldados e veículos blindados da Minustah e as entradas do bairro foram bloqueadas para que os veículos não pudessem entrar.

Estes fatos incentivaram ações no resto do mundo. No dia 13 de julho, em Miami, o padre Gerard Jean-Juste, destacado integrante do Lavalas, organizou uma manifestação em frente ao consulado brasileiro. Ato nos prédio da ONU e consulados brasileiros voltaram a se repetir no dia 16 e em 15 cidades de cinco países no dia 21 de julho. E, no final de setembro, data do primeiro golpe impetrado pelos Estados Unidos contra Jean Bertrand Aristide, em 1991, diversas cidades realizaram protestos simultâneos. O fim da ocupação militar e a imediata liberação de presos políticos estava na pauta de ativistas. Entre os presos, o próprio padre Jean Juste. Ele foi preso no dia 15 de julho ao retornar do protesto no consulado brasileiro em Miami. Ainda não foram esclarecidas as razões de sua prisão. Preso, o padre Jean Juste não conseguiu oficializar sua candidatura às eleições haitianas marcadas para o final do ano. Só podem disputar o pleito aqueles que fisicamente se registrarem.

d.
centro de mídia independente
camarada_d@riseup.net



foto: isadora lins